

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho.

O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas.

GT 15 - Conflictividad laboral, sindicalismo y movimientos sociales en América Latina
en el siglo XXI

Hegemonia e despotismo nos programas de participação nos lucros ou
resultados (PLR) no setor bancário

WILSON EMANUEL FERNANDES DOS SANTOS

Hegemonia e despotismo nos programas de participação nos lucros ou resultados (PLR) no setor bancário

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo principal discutir os programas de participação nos lucros ou resultados (PLR) no setor bancário brasileiro, no contexto da flexibilização das relações entre capital e trabalho. A investigação compreendeu pesquisa documental e bibliográfica, entrevistas e uma observação participante entre 2009 e 2011. Os resultados da pesquisa apresentaram elementos despóticos, como diversas formas de controle que garantem a execução de tais programas, ao mesmo tempo em que se observou uma natureza hegemônica, tanto nos espaços estabelecidos de negociação sobre as regras da PLR como no apoio dos trabalhadores e na participação dos sindicatos, assinalando-se características de um regime despótico-hegemônico, identificadas ao “estado interno” (BURAWOY, 1982) em relação às instâncias de conciliação de interesses e de participação.

OBJETO

O tema da PLR vem sendo objeto de interesse cada vez maior nas dinâmicas das negociações entre empresas e trabalhadores desde que foi introduzido no Brasil. No entanto, pesquisas científicas sobre esse tema ainda não são abundantes e sua maioria concentra-se nas áreas do Direito, da Economia e da Administração. As abordagens predominantes dizem respeito às teorias dos incentivos e comportamentais, a temas econômicos e sobre produtividade nas empresas e a direitos trabalhistas. Acreditamos que investigações sociológicas poderiam lançar alguma luz sobre aspectos ainda não abordados, assim como colaborar para a compreensão do fenômeno em suas mais diversas dimensões. Assim sendo, procuramos adotar uma abordagem sobre a PLR que não a divorciasse de seu contexto histórico, do conjunto de forças sociais que atuam sincronicamente à trajetória do aumento de sua utilização e das relações micro e macros sociais que envolvem sua prática concreta.

A escolha do tema e o recorte do objeto de pesquisa foram motivados pela percepção inicial de que, no universo das diferentes formas de remuneração variável, a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados condicionada ao cumprimento de metas de desempenho tem sido um fenômeno cada vez mais intensificado (CARVALHO NETO, 1999; DIEESE, 1998a, 2000, 2006; JINKINGS, 2002; KAFROUNI, 2005; MARTINS; RODRIGUES, 2000), ao mesmo tempo em que se observam relações de trabalho cada vez mais precarizadas (ALVES, 2000, 2011; ANTUNES, 2006, 2007; ANTUNES; BRAGA, 2009; BRAGA, 2006; CASTEL, 1998; MELLO E SILVA, 2004; SEGNINI, 1999). A delimitação da pesquisa no setor bancário se mostrou relevante por se tratar de um setor que, no centro de um capitalismo de economias financeirizadas, apresenta a prática da PLR já bastante disseminada (há mais de 17 anos), o que proporciona uma riqueza de documentos e experiências para a pesquisa, assim como a prática dos trabalhadores, já conformados por essa realidade.

OBJETIVO

A pesquisa teve como objetivo principal discutir a Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no contexto da flexibilização das relações entre capital e trabalho e das mais recentes transformações no trabalho bancário no Brasil.

Procurou-se compreender o processo de regulamentação da PLR que ocorreu em 1994 e a posterior generalização de sua utilização, analisando o conjunto de determinações e motivações que levaram à sua instituição, as estruturas e as dinâmicas sociais e políticas ao tempo dessa regulamentação, tanto nos diversos setores da economia quanto especificamente no setor bancário.

O objetivo seguinte foi descrever os modelos de PLR adotados pelo setor bancário brasileiro como um todo e também em um caso em particular, desde a sua instituição nos moldes contemporâneos que ocorrera em 1995, até 2011, comparando-os e evidenciando sua transformação. Aqui, procurou-se identificar os elementos do fenômeno que o relacionam ao cotidiano do trabalho bancário, ou seja, a relação normativa entre a PLR nos modelos atuais e os programas de metas de resultados que condicionam seu pagamento, aspecto que consideramos essencial para a análise dos impactos desse modo de remuneração sobre os processos de trabalho.

METODOLOGIA

A pesquisa foi planejada e realizada em cinco etapas principais. Na primeira, uma pesquisa bibliográfica tratou da compreensão do contexto e da relação de forças envolvidas no processo da regulamentação da PLR, para a inserção do objeto em seu contexto histórico.

A segunda etapa tratou do levantamento descritivo e comparativo dos modelos de PLR aplicados pelo setor bancário. Os dados referiram-se tanto à categoria bancária em geral como ao caso de um Banco específico.

A terceira etapa procurou explicitar as diversas posições sobre os programas de PLR por meio de entrevistas com dirigentes sindicais, tanto de “situação” como de “oposição” e com um especialista no tema que acompanhou o processo de implantação da PLR no Brasil.

A quarta etapa consistiu na pesquisa de campo com base na observação participante em uma grande empresa do setor bancário, entre 2009 e 2012, nas quais se conviveu com cerca de 100 trabalhadores em seu cotidiano laboral durante 30 meses.

Na quinta e última etapa, procurou-se relacionar os dados coletados com o referencial teórico, utilizando o instrumental metodológico da Sociologia do Trabalho.

Essa etapa ocorreu de forma paralela à observação participante e dialogou com ela permanentemente.

RESULTADOS

O cenário em que se situa a intensificação da utilização da PLR é o de um mundo do trabalho marcado pela precarização, pela financeirização da economia e pela retração do movimento sindical. Esse cenário, fruto da desconstrução do modelo fordista promovido pelo capitalismo avançado a partir da década de 1970, fez surgir a flexibilização da relação salarial e de direitos trabalhistas, que antes promoviam a separação entre a reprodução da força de trabalho e o trabalho. Os programas de PLR representam, em suas dimensões simbólica e material, uma dessas formas de flexibilização da remuneração.

Ao mesmo tempo reivindicada pela maior parte do movimento sindical como um direito trabalhista e utilizada pelas empresas para flexibilizar a remuneração e como ferramenta de construção de apoio ao aumento da produção, essa dupla dimensão da PLR pode ser explicada pela dinâmica das forças sociais em cada momento histórico e pelas vantagens experimentadas por ambos nesse processo.

A observação participante forneceu dados de que, em sua dimensão concreta, os programas de PLR contribuem para legitimar os programas de metas de resultados e ajudam a justificar a imposição do incremento do ritmo e do volume de trabalho. Esse incremento do sobretrabalho é garantido, no cotidiano laboral, pelo controle, em sua forma hierárquica, tecnológica ou dos processos de trabalho. Ao mesmo tempo, a maior parte dos trabalhadores apoia e reivindica a PLR e seus representantes participam das negociações que definem parte das regras que regem tais programas.

Observou-se, portanto, aspectos despóticos em uma dinâmica hegemônica na prática dos programas de PLR. Parte da explicação a esse paradoxo encontra-se na caracterização dos regimes despótico-hegemônicos (BURAWOY, 1982), que, construídos sobre uma base hegemônica, mas em um contexto de desmonte das relações de trabalho fordistas, permitem o (re)surgimento de espaços de coação e controle despóticos.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise no sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Trabalho e subjetividade**. O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Orgs.). **Infoproletários**. Degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRAGA, Ruy. Uma sociologia da condição proletária contemporânea. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, jun. 2006.

BURAWOY, M. **Manufacturing consent**. Changes in the labor process under monopoly capitalism. 6.ed. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

_____. **The extended case method**: four countries, four decades, four great transformations, and one theoretical tradition. Berkeley: University of California Press, 2009.

CARVALHO NETO, A. M. Reestruturação produtiva, jornada de trabalho e PLR: novos temas negociados entre empresas e trabalhadores brasileiros de 1992 a 1998. In: CARVALHO NETO, A. M.; NABUCO, M. R. (Orgs.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária, 1999.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão salarial**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

DIEESE. A participação nos lucros ou resultados dos bancários (1995 a 1997). **Boletim DIEESE**, São Paulo, n. 206, jul. 1998a.

_____. Participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas - 2005. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, n. 22, ago. 2006.

_____. **Um balanço da participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas**. São Paulo: DIEESE, 2000.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 4.

HARVEY, D. **Condição pós moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

JINKINGS, Nise. **O mister de fazer dinheiro**: automação e subjetividade no trabalho bancário. São Paulo: Boitempo, 1995.

_____. **Trabalho e resistência na “fonte misteriosa”**: os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro. Campinas: UNICAMP, 2002.

KAFROUNI, M. A. S. **A participação nos lucros e resultados na indústria automobilística do Paraná**. Um sistema de trocas para além das mercadorias. 2005.

156f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

LARANGEIRA, Sônia M.G. Reestruturação produtiva no setor bancário: a realidade dos anos 90. **Educação e Sociedade**, v. 18, n. 61, p.110-138, dez. 1997.

MARTINS, Heloísa de Souza; RODRIGUES, Iram Jácome. O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. **Tempo Social**, São Paulo, n.11, v.2, p.155-182, fev. 2000.

MELLO E SILVA, Leonardo. **Trabalho em grupo e sociabilidade privada**. São Paulo: 34, 2004.

RODRIGUES, I. J. **O novo sindicalismo**: vinte anos depois. Petrópolis: Vozes, 1999.

RODRIGUES, L. M. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: Edusp, 1999.

SEGNINI, Liliana R. P. Reestruturação dos bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v.20, n.67, p. 183-209, ago. 1999.